



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de rufos em alumínio natural, inclusive selagem e fixação, para atender às necessidades de manutenção predial do Anexo I do TRE-SC, localizado no seguinte endereço:

- Edifício Anexo I do TRE-SC: Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro, Florianópolis/SC. CEP. 88015-130.

2. Fundamentação da Contratação

Após a substituição das telhas danificadas por telhas tipo sanduíche no Edifício Anexo I do TRE-SC, no ano de 2025, que objetivava a correta cobertura da edificação, sanando os problemas existentes com vazamentos e infiltrações de água em dias de chuva, parte-se para uma segunda etapa que é a aquisição e instalação de rufos em alumínio.

Espera-se, com isso, prevenir danos estruturais causados por águas pluviais e a redução significativa nas manutenções desse imóvel da Justiça Eleitoral Catarinense.

3. Descrição da solução

Trata-se da contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de rufos em alumínio para o Edifício Anexo I do TRE-SC, que deverão apresentar as seguintes especificações mínimas:

- **Material:** Alumínio natural (sem pintura eletrostática);
- **Espessura mínima:** 0,50 mm;
- **Fixação:** Parafusos e buchas galvanizadas ou de aço inox, com vedação em arruelas de neoprene;
- **Tipo:** Rufo de encosto (parede/telhado) - embutido na parede;
- **Selagem:** Adesivo de poliuretano (PU 40) de alta aderência e resistência a raios UV;

Quantidade: 92 m lineares.

Descrição	Quantidade (m)	Espessura (mm)
Instalação de Rufo de encosto Corte de 30cm. Características: em Alumínio 0,50mm de espessura. Inclusos acessórios de fixação, rebites, parafusos e instalação, contemplando vedação (PU). Garantia do serviço de 12 meses.	2	0,50
Instalação de Rufo de encosto Corte de 40cm. Características: em Alumínio 0,50mm de espessura. Inclusos acessórios de fixação, rebites, parafusos e instalação, contemplando vedação (PU). Garantia do serviço de 12 meses.	8	0,50



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Instalação de Rufo de encosto Corte de 50cm. Características: em Alumínio 0,50mm de espessura. Inclusos acessórios de fixação, rebites, parafusos e instalação, contemplando vedação (PU). Garantia do serviço de 12 meses.	28	0,50
Instalação de Rufo de encosto Corte de 60cm. Características: em Alumínio 0,50mm de espessura. Inclusos acessórios de fixação, rebites, parafusos e instalação, contemplando vedação (PU). Garantia do serviço de 12 meses.	19	0,50
Instalação de Rufo de encosto Corte de 70cm. Características: em Alumínio 0,50mm de espessura. Inclusos acessórios de fixação, rebites, parafusos e instalação, contemplando vedação (PU). Garantia do serviço de 12 meses.	17	0,50
Instalação de Rufo de encosto Corte de 80cm. Características: em Alumínio 0,50mm de espessura. Inclusos acessórios de fixação, rebites, parafusos e instalação, contemplando vedação (PU). Garantia do serviço de 12 meses.	12	0,50
Instalação de Rufo de encosto Corte de 100cm. Características: em Alumínio 0,50mm de espessura. Inclusos acessórios de fixação, rebites, parafusos e instalação, contemplando vedação (PU). Garantia do serviço de 12 meses.	6	0,50

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Foi realizado o Estudo Técnico Preliminar, juntado aos autos do PAE 2.269/2026.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

19224 - Construção / Manutenção / Reforma - Telhado

4. Requisitos da contratação

Os serviços a serem contratados deverão manter o padrão de especificação adotado pelo TRE-SC e observar requisitos mínimos de qualidade, segurança e economicidade. Entende-se como requisitos funcionais a observância do prazo e do local dos serviços, a disponibilidade, o fornecimento e a instalação das peças em alumínio estipuladas pelo Contratante. Os rufos em alumínio são peças essenciais para garantir a vedação entre as telhas e as paredes da cobertura do prédio Anexo I, otimizar tempo de manutenção, simplificar o manuseio e proporcionar economia para a Justiça Eleitoral Catarinense.

Requisitos Funcionais (relacionados à qualidade material do produto a ser instalado), conforme segue:

- **Material:** Alumínio natural (sem pintura eletrostática);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- **Espessura mínima:** 0,50 mm;
- **Fixação:** Parafusos e buchas galvanizadas ou de aço inox, com vedação em arruelas de neoprene;
- **Tipo:** Rufo de encosto (parede/telhado) - embutido na parede;
- **Selagem:** Adesivo de poliuretano (PU 40) de alta aderência e resistência a raios UV.

Requisitos Externos:

- ABNT NBR 14331 - especifica os requisitos, projeto e instalação para telhas e seus acessórios (rufos e arremates, de perfil ondulado ou trapezoidal, conjuntos de fixação e elementos de vedação) de alumínio e suas ligas.
- Norma Regulamentadora n. 18 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, do Ministério da Economia – Secretaria de Inspeção do Trabalho. (Última modificação: Portaria MTE nº 9, de 2 de janeiro de 2025).
- Norma Regulamentadora n. 35 – Trabalho em Altura, do Ministério da Economia – Secretaria de Inspeção do Trabalho, de 27 de setembro de 2016.
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual.
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- NBR 7.678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

5. Modelo de execução do objeto

A execução dos serviços deverá ocorrer preferencialmente de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 7 às 17 horas, sem prejuízo ao andamento normal das atividades no local.

Os serviços serão realizados conforme parâmetros definidos no item 3 e os recebimentos provisório e final seguirão as orientações estabelecidas no item 5.3, ambos deste Termo de Referência.

5.1. Prazos

Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da autorização para o início dos serviços emitida pela Seção de Manutenção Predial do TRE-SC. Os serviços deverão ser agendados com a Seção de Manutenção Predial, preferencialmente, por meio do e-mail ci-semp@tre-sc.jus.br ou pelo telefone (48) 3251-3785, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços deverão ser prestados no edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Esteves Junior, nº 80, Centro – Florianópolis/SC, no horário das 07h às 17h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

Caberá ao servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, efetuar o recebimento provisório e definitivo do serviço.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Prazo de Garantia de 1 (um) ano fornecido pela contratada.

Após o recebimento definitivo, se constatada falha nos serviços dentro do período de garantia, será acionado a contratada para a resolução do problema.

5.6. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

- Autorizar o início dos serviços.
- Promover, nos termos do subitem 6.2, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.
- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. Tomar as seguintes providências em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da nota de empenho emitida pelo TRE-SC:
 - a) apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente (RRT ou TRT), fornecida pelo respectivo Conselho de Classe (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT), que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação;
 - b) caso o vínculo da empresa seja com o CREA, apresentar o visto no CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1.121, de 13.12.2019, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem;
 - c) anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, devidamente registrada no CREA-SC, CAU-SC ou CRT-SC, de execução dos serviços contratados;
 - d) fornecer à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de identificação civil (documento de identidade).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.3. Iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida pelo gestor da contratação, a qual será comunicada à Contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;
- 5.8.4. os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data definida na autorização para o início dos serviços emitida pela Seção de Manutenção Predial do TRE-SC;
- 5.8.5. executar os serviços sob a responsabilidade do profissional indicado;
- 5.8.6. garantir a proteção das telhas da cobertura do Ed. Anexo I quando da execução dos serviços naquela edificação;
- 5.8.7. fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;
- 5.8.8. empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;
- 5.8.9. corrigir quaisquer problemas que surjam na edificação em função da execução dos serviços objeto desta contratação;
- 5.8.10. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos resíduos de construção e demolição;
- 5.8.11. manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme as normas regulamentadoras NR-18, NR-35 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho;
- 5.8.12. seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes;
- 5.8.13. promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRE-SC;
- 5.8.14. dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRE-SC nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal;
- 5.8.15. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;
- 5.8.16. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de execução do serviço, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;
- 5.8.17. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;
- 5.8.18. responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRE-SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.19. reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 120 da Lei 14.133/2021: “O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante”;
- 5.8.20. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção dos materiais desnecessários e indesejáveis;
- 5.8.21. Executar os serviços no Edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Rua Esteves Junior, nº 80, Centro – Florianópolis/SC, no horário das 07h às 17h;
 - 5.8.21.1. Os serviços deverão ser agendados com a Seção de Manutenção Predial do TRE-SC, por meio dos telefones (48) 3251 3785 ou (48) 3251 3890, no horário das 13 às 18 horas, ou por e-mail para o endereço eletrônico ci-semp@tre-sc.jus.br;
- 5.8.22. Após recebidos, os serviços serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá solucionar no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- 5.8.23. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para solucionar as irregularidades, de que trata o subitem anterior, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 5.8.24. Apresentar a garantia da contratada com no mínimo 1 (um) ano de vigência após o recebimento definitivo do objeto;
- 5.8.25. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.8.26. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame.

5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Seção de Manutenção Predial ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização administrativa, da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de nota de empenho.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos nos termos do subitem 6.2, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) Aprovar materiais e/ou equipamentos similares propostos pela Contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) Determinar a suspensão da execução dos serviços, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SEMP/TRE-SC, preferencialmente, através do e-mail ci-semp@tre-sc.jus.br, ou pelos telefones (48) 3251-3785 ou (48) 3251-3890.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento deverá ocorrer após o recebimento definitivo do objeto, nos termos dos subitens 5.3 e 5.4.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Em razão das características do objeto descritas no item 3, o parcelamento não é técnica e economicamente viável. A adjudicação será por item (único).

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

- Documento que comprove o registro da proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 67, V, da Lei n. 14.133/2021.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O orçamento estimado para a fornecimento e instalação de rufos em alumínio no edifício Anexo I do TRE-SC, considerando a média da pesquisa de mercado efetuada, é de **R\$ 11.565,00** (onze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), e está de acordo com a proposta orçamentária do Plano de Aquisições 2026, no item 31 – Manutenção Predial que é de R\$ 469.424,44 (quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Item 31 – Manutenção Predial

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 11.565,00
Total			R\$ 11.565,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I - Imagens dos Locais



Anexo II - Orçamentos

[illegible]



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Representante: Carlos Mautone- Fones:
99981.1349 - 98436.8710 Whatts e
99181.7181

Cliente:	TRE Sta Catarina Centro	A/C Sra Vanderleia	
Endereço:	Rua Esteves Junior, 80		
Bairro:	Centro		
Cidade:	Florianópolis		
Fones:	48-99649.3548		
EMAIL:			
Responsavel:			
	Rufos alumínio		
4,2mt	Rufo corte 330mm aluminio 0,5mm natural		
27,2mt	Rufo corte 400mm aluminio 0,5mm natural		
3,8mt	Rufo corte 500mm aluminio 0,5mm natural		
44,6mt	Rufo corte 600mm aluminio 0,5mm natural		
5,5mt	Rufo corte 700mm aluminio 0,5mm natural		
8,4mt	Rufo corte 1000mm aluminio 0,5mm natural		
	Retirada de todos rufos la existentes		
	Mão de Obra de Instalação		
		À Vista R\$	11.826,00
	Cond. Pgto Boleto para 45 dias, enviado na		
	Assinatura do contrato junto enviamos N.F		
	TOTAL CALHAS A 14 ANOS COM VOCÊ		
	Garantia: 1 Ano		
	Instalação: 20 dias		
	Cond. Pgto:		
	Em vezes no cartão de crédito sob consulta		
	À Vista: 50% sinal + 50% na instalação		
	Validade da proposta: 15 dias		
	Proposta: 05/11/2025		
		À Vista R\$	11.826,00



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CALHAS LÍDER
Especializada em Calhas, Rufos,
Coifas, Chaminés e Exaustores Eólicos
www.calhaslider.com.br

Rua Valdir Guthrie, 61 - Aninó
CEP 88 135-186 - Palhoça - SC
(48) 3342-2322
3341-2829
99961-4161
E-mail: contatocalhaslider@gmail.com

Data: 06.11.25 ☐ ORÇAMENTO ☐ PEDIDO

Cliente: TRE / SC

Rua: ESTEVES JUNIOR Nº. 80

Bairro: CENTRO Cep: Município: F. POLÍS

CNPJ / CPF: 986493.548-VANDERLEIA

Data do Venc.	Valor	Dados Adicionais	
VALOR =	13.860,00	Modelo da Calha	RUFOS
		Tipo de Chapa	ALUMINIO
		Suportes	ALUMINIO
		Cor	NATURAL
		OBS.	NATURAL

Quant.	Discriminação das Mercadorias	Preço Unitário	TOTAL
<p>* RUFOS SOB MEDIDAS EM ALUMINIO NATURAL NOS TELHADOS NOVOS;</p> <p>* RUFOS MOLDADOS SOBRE A TELHA.</p> <p>* RUFOS EMBUTIDOS NA ALVENARIA, PÉSAS COM LARGURAS VARIÁVEIS, VEDAÇÕES COM P.U INDUSTRIAL 90 METROS LINEARES</p> <p>VALOR UNITÁRIO = 154,00</p> <p>VALOR TOTAL → 13.860,00</p> <p>02 ANOS DE GARANTIA!!</p>			

ASSINATURA DO COMPRADOR

ASSINATURA DO VENDEADOR

OBS.: Após 24 horas, não poderá ser cancelado o pedido.

VALDECER = 999614161